

DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: AS ORGANIZAÇÕES DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR E OS ESPAÇOS DE DEBATE NO TOCANTINS

RURAL DEVELOPMENT AND PUBLIC POLICIES: SUPPORT ORGANIZATIONS FOR FAMILY FARMING AND SPACES FOR DEBATE IN TOCANTINS

Diego Neves de Sousa 1
Michele Silva Costa Sousa 2
Waldecy Rodrigues 3

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar as organizações que atuam junto aos públicos da agricultura familiar e os espaços de debate sobre políticas públicas de desenvolvimento rural que ocorrem do Tocantins. Para isso, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com mediadores da rede sociotécnica da agricultura familiar do referido estado. A principal protagonista do desenvolvimento rural é o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins) dada a ampla capilaridade nos municípios, por conter diferentes competências em seu quadro técnico e ser executora de políticas públicas, apesar de se constatar as dificuldades financeiras para custear e manter as atividades básicas do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Os espaços de debate estão concentrados em Palmas e o principal é o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedrus). Em geral, não possuem frequência definida para a realização de reuniões e nem sempre existe comprometimento no cumprimento da agenda pública, por parte de algumas organizações, para a promoção de ações junto aos agricultores familiares.

Palavras-chave: Mediadores. Políticas públicas. Concertação. Inclusão Produtiva. Ater.

Abstract: This article aims to identify the organizations that work with the public of family farming and the spaces for debate on public policies for rural development that occur in Tocantins. For this, semi-structured interviews were conducted with mediators from the socio-technical network of family farming in that state. The main protagonist of rural development is the Institute of Rural Development of Tocantins (Ruraltins) given the wide capillarity in the municipalities, as it has different skills in its technical staff and is an executor of public policies, despite the financial difficulties to fund and maintain basic activities of the Technical Assistance and Rural Extension (Ater) service. The debate spaces are concentrated in Palmas and the main one is the State Council for Sustainable Rural Development (Cedrus). In general, they do not have a defined frequency for holding meetings and there is not always a commitment to the fulfillment of the public agenda, by some organizations, to promote actions with family farmers.

Keywords: Mediators. Public policy. Concertation. Productive Inclusion. Ater.

Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9288240683474258>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3124-5150>.
E-mail: diego.sousa@embrapa.br

Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3913693720969816>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7250-3200>.
E-mail: michele2_sc@yahoo.com.br

Doutor em Estudos Comparados de Desenvolvimento (UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4330949239387871>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5584-6586>. E-mail: waldecy@terra.com.br

Introdução

Criado a partir da promulgação constituinte de 1988, o Tocantins é o estado mais novo da Federação. Com o desdobramento do norte de Goiás, o estado do Tocantins continuava ainda ser visto sob o aspecto de atrasado. A partir desta percepção e como forma de materializar o discurso desenvolvimentista no estado, diversos empreendimentos se emergiram tornando-se a mola propulsora desse discurso. Destaca-se a construção de nove usinas hidrelétricas em torno do rio Tocantins, linhas de transmissão de energia elétrica que compreende a ferrovia norte-sul, a duplicação da BR-153 (conhecida popularmente como rodovia Belém-Brasília) e a hidrovía Araguaia-Tocantins (ZITZKE, 2007).

A formação do rural tocaninense perpassou por diversas transformações, principalmente pela população ribeirinha, pescadores artesanais e de agricultores em gerais que tiveram que ser reassentados para dar espaço aos grandes empreendimentos de infraestrutura para impulsionar o crescimento econômico. Entretanto, com essa realidade, diversas famílias foram reassentadas e novas necessidades foram surgindo, como o fato de articular um novo modelo produtivo para a cadeia agropecuária e agrícola, enquanto uma possibilidade de desenvolvimento e fortalecimento da sociedade civil distribuída pelo espaço rural tocaninense (ZITZKE, 2007).

Segundo Menestrinho e Parente (2011), num estudo sobre as territorialidades dos povos tradicionais do Tocantins, averiguaram que no estado predominam grupos sociais com características bastante diferenciadas. Modos de vida específicos estão associados à diversidade de biomas, de produtos da sociobiodiversidade e de povos tradicionais que encontram inseridos nos repertórios culturais específicos e diversificados do Tocantins.

Como forma de conhecer melhor o “mundo rural” tocaninense, este artigo tem como objetivo identificar as organizações que atuam junto aos públicos da agricultura familiar e os espaços de debate sobre políticas públicas de desenvolvimento rural que ocorrem no estado do Tocantins.

Para isso, foram realizadas 80 entrevistas com mediadores que atuam com os agricultores familiares que estão classificados em cinco mundos sociais: extensionistas rurais, gestores, professores, pesquisadores e representantes de movimentos sociais. Inicialmente, cabe notar que 25% dos mediadores não responderam ou não souberam identificar as organizações que lidam com os públicos da agricultura familiar tocaninense. Outra constatação foi que as organizações mais citadas foram àquelas localizadas no município de Palmas, capital do Tocantins, onde estão as sedes das principais instituições públicas e privadas.

Esta proposta está inserida no projeto intitulado “Inclusão produtiva, mercados e políticas públicas para os agricultores familiares e suas organizações cooperativas no Tocantins: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

As organizações de apoio à agricultura familiar

Dentre os entrevistados que opinaram, 73% indicaram o Ruraltins como a organização protagonista no mundo da agricultura familiar tocaninense, uma vez que se “[...] *falou de agricultura familiar, falou do Ruraltins*” (extensionista n°, 2018). Outras fontes de informações indicam que o Ruraltins tem essa representação social porque foi criado especificamente para trabalhar com os públicos da agricultura familiar, o que confere a este órgão a prestação oficial do serviço de Ater estadual. Além de amplo corpo profissional, o Ruraltins está presente em quase todos os municípios do estado. Sousa *et al.* (2018) também informaram que o Ruraltins é a organização tocaninense que está mais próxima dos públicos da agricultura familiar. Abaixo estão algumas das narrativas que ilustram as principais características que qualificam esta organização no contexto estadual dos agricultores familiares.

O Ruraltins hoje com certeza, pela capilaridade, por toda estrutura, nível de técnicos, todos os programas que vem executando, é a instituição referência da agricultura familiar no Tocantins (gestor n°08, 2018).

Eu acho que a principal instituição do estado é o próprio Ruraltins. Hoje nós contamos com mais de 700 servidores, 105 escritórios, representação em praticamente nos 139 municípios do Estado (gestor nº15, 2018).

É a organização que tem mais contato permanente com os agricultores familiares, digo diariamente, pois o agricultor familiar bate à porta do Ruraltins pedindo orientações, ajuda, socorro, em alguns momentos de alguns contratemplos que vem ocorrendo na sua lavoura ou manejo do gado ou nas criações (gestor nº11, 2018).

Eu penso que o que está mais próximo deles é o Ruraltins, mesmo com todas deficiências que tem, mas, assim, a referência quando a gente vai num produtor, eles falam do escritório local, talvez seja pela proximidade (gestor nº13, 2018).

O Ruraltins também contribui ao propiciar acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural aos públicos menos favorecidos, pois é responsável pela execução de algumas delas. Este é o caso, por exemplo, do “Compra Direta” – que é uma das cinco modalidades que o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) opera –, programa que é considerado pelos mediadores uma das melhores estratégias de inclusão produtiva¹ que o órgão mobiliza. Para Sousa (2019b), o PAA é uma das principais políticas que promove a inclusão produtiva de agricultores familiares.

No entanto, apesar das dificuldades financeiras para custeio e manutenção das atividades, o Ruraltins está presente entre os diferentes grupos de agricultores familiares através da prestação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), mesmo que se constatem atualmente poucas visitas técnicas, pois é vista como uma política de referência no campo.

Com menos notoriedade do que o Ruraltins, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi citada por 28,3% dos entrevistados, seguida da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Tocantins (Seagro) (20%), da Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (Coopter) (20%) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Tocantins (Fetaet) (18,3%).

A Embrapa sobressaiu por ser a principal parceira do Ruraltins nas ações de assistência técnica e extensão rural no estado, principalmente na execução de cursos de atualização tecnológica e capacitação continuada junto aos agentes extensionistas. A associação da Embrapa com os públicos da agricultura familiar ocorre também por meio de projetos de transferência de tecnologia e de conhecimento para a inserção do pescado nos mercados institucionais e de ações vinculadas ao Plano ABC, o que vem contribuindo com a difusão de técnicas para melhorar a atividade produtiva e mitigação dos impactos dos gases de efeito estufa. Com efeito, a imagem da Embrapa está atrelada à viabilização de soluções tecnológicas inovadoras e de transferência de tecnologias agrícolas a fim de buscar melhorias nos sistemas de produção dos agricultores.

A Seagro tem papel importante no desenvolvimento rural do Tocantins ao possuir setor específico em sua estrutura organizacional que trabalha diretamente com a temática da agricultura familiar e suas respectivas políticas públicas. Porém, suas ações são mais voltadas para os mediadores que prestam serviço a este público. Também, tem como atribuição institucional a execução tanto do Programa Nacional de Crédito Fundiário, considerado política complementar à reforma agrária e que permite a aquisição de áreas de terras que não são passíveis de desapropriação, quanto o Programa Terra Forte que faz doações de maquinários agrícolas

¹ Sobre o que se entende por inclusão produtiva ver os estudos de Sousa e Niederle (2018) e Sousa (2019a).

para as secretarias de agricultura dos municípios tocantinenses. Ainda tem ações voltadas à valorização dos produtos da sociobiodiversidade regional e na articulação da Política estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica que está em tramitação na Assembleia Legislativa.

Por sua vez, a Coopter é uma das principais organizações privadas de extensão rural no estado. Vem desenvolvendo trabalhos com pescadores artesanais, referentes ao manejo participativo de acordos de pesca e com comunidades de agricultores familiares que priorizam as práticas agroecológicas. Tem como financiador predominante as Chamadas Públicas de Ater.

Já a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Tocantins é considerada a maior representação do movimento sindical desta classe no âmbito estadual. A mesma é ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e cumpre papel importante na representação dos agricultores e agricultoras em todas as tipificações, além de contribuir para o debate de políticas públicas.

A Delegacia Federal da Sead - TO, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins (Apato) tiveram 10% das menções dos mediadores sociais. Destaca-se o baixo nível de indicações da Delegacia da Sead, justificado provavelmente pelas últimas mudanças no cenário político-econômico do país que acarretaram em alterações de nomenclatura, de recursos e de atuação (de ministério para secretaria) do referido órgão que incorreu na perda de referência no seu campo de atuação.

Quanto ao Incra, este tem forte relação com os assentados, que é considerado um dos públicos da agricultura familiar que mais receberam políticas públicas. Tem atuação na reforma agrária e na governança fundiária, embora não tenha capilaridade nos municípios tocantinenses, pois seus técnicos estão basicamente lotados em Palmas e, em menor medida, em Araguaína, Araguatins e Gurupi.

Já a Apato, é uma Organização Não Governamental (ONG) criada em 1992 pelos próprios agricultores que questionavam o Estado pela falta de um serviço de Ater com qualidade. Atualmente, destaca-se pelos trabalhos de assistência técnica junto aos agricultores familiares agroecológicos e com os quilombolas, subsidiado pelas Chamadas Públicas de Ater.

Com menos de 10% de citações outras organizações foram lembradas, mas não com tanta ênfase como as supracitadas, conforme se pode notar no Quadro 1.

Quadro 1. As organizações menos citadas pelos mediadores e sua respectiva função.

Organização	Função
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab - TO)	Apoia os debates de políticas de aquisição de alimentos e contribui para o acesso dos agricultores familiares no PAA.
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea - TO)	Oferece suporte à comercialização dos agricultores familiares e no debate da segurança alimentar e nutricional.
Organizações dos movimentos sociais: Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (Coeqto), Fundação Nacional do Índio (Funai), Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai), Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação das Associações e Entidades Rurais do Tocantins (Faerto).	Representam os interesses de seus beneficiários no acesso as políticas públicas.

Sistema S: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)	O Sebrae fomenta o empreendedorismo rural, o Sesc articula a logística de entrega dos produtos da agricultura familiar para atender ao Programa Mesa Brasil e o Senar tem entrado no ramo de assessoria à assistência técnica e gestão.
Instituições de ensino: Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp) e Centro Universitário Católica do Tocantins (UniCatólica)	Através de seus núcleos de pesquisa e de extensão propõem projetos de intervenção junto aos agricultores familiares.
Empresas privadas de Ater: Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale do Araguaia (Coopvag), Rural Norte Desenvolvimento Rural Ltda. (Ruralnorte) e Consultoria em Assistência Técnica, Extensão Rural e Consultoria Empresarial (DHES).	Prestação de serviço de Ater particular.
Instituições ligadas às cooperativas: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB/TO) e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).	Representam os interesses das cooperativas de agricultores.
Órgãos públicos: Secretaria do Trabalho e da Assistência Social do Estado do Tocantins (Setas), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Palmas (Seder), Agência de Defesa Agropecuária (Adapec) e Ministério Público (MP).	No âmbito municipal, a Seder trata sobre as questões de desenvolvimento rural. No âmbito estadual, a Setas tem uma gerência específica que trata sobre inclusão produtiva de públicos vulneráveis, enquanto que a Adapec lida com a fiscalização de sanidade e inspeção animal e vegetal. No âmbito federal, o Ministério Público não está ligado diretamente à agricultura familiar, mas, em muitos momentos, onde há algum impedimento de qualquer ordem como, por exemplo, o de acesso às políticas públicas de agricultores, este órgão tem atuado.
Bancos: Banco do Brasil (BB) e Banco da Amazônia (Basa)	Financiam atividades produtivas dos públicos da agricultura familiar e de suas organizações coletivas.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os espaços de debate sobre políticas públicas de desenvolvimento rural

Em um segundo momento da pesquisa de campo, perguntamos aos mediadores quais são os principais espaços de debate sobre políticas públicas de desenvolvimento rural no estado. Entre os resultados, postula-se que a metade dos mediadores desconhece esses espaços, o que se justifica por não terem participado de qualquer fórum ou conselho e, até mesmo, por sua instituição de origem não ter tido interesse ou não ter sido convidada para participar dessas instâncias participativas. Outras constatações apontam que as discussões sobre as políticas públicas para a agricultura familiar ocorrem, sobretudo, no município de Palmas, onde concentra-se a sede do maior número de instituições governamentais.

O ambiente onde recorrentemente são debatidos os assuntos ligados às políticas públicas é o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedrus), que está ligado hierarquicamente a Seagro. Este espaço foi mencionado por 24% das indicações. Tem-se essa referência por ser um local onde se reúnem os principais atores da rede sociotécnica que atuam com (e para) a agricultura familiar numa proposta de dialogar com as questões atinentes às políticas públicas de desenvolvimento rural, projetos de Lei, credenciamento de empresas de Ater, Chamadas Públicas e apoio aos agricultores familiares (e de suas organizações coletivas)

de forma em geral. Os participantes buscam, assim, avaliar como está o desempenho das políticas públicas para o meio rural como também propõem melhorias a serem implementadas. Entretanto, este conselho é criticado pelos mediadores por não ser tão representativo como deveria ser e por ter baixa participação dos agricultores na construção de políticas estaduais, como se pode notar em dois exemplos de narrativas de mediadores que já participaram do mesmo.

O que o Cedrus faz no estado é reproduzir a política pública nacional, ele faz isso! Como é que ele consegue fazer com que a política nacional se desenvolva no estado? É importante, precisa saber como é que eu faço o Pronaf caminhar aqui, o conselho faz isso, vai fazendo um pouco a operacionalização da política, mas ele pouco se atentou, muito pouco atuou na construção de políticas estaduais, na construção de estratégias estaduais para fortalecer a agricultura familiar. Ele funciona como espaço de aprovação das políticas que vem do Governo Federal, operacionalizando o que vem de cima e muito pouco discute a demanda, o que realmente precisa. Tem uma composição que pouco representa a agricultura familiar no fundo. Na época que eu participava a gente tinha 23 conselheiros, 3 de fato representavam os agricultores familiares e 20 não, assim, cada conselho de agricultura familiar, tem lá um monte de organizações que muitas vezes com seus próprios interesses, mas com pouca representatividade legítima da agricultura familiar (extensionista n.º2, 2018).

Eu sou totalmente contrária a formação que hoje está no Cedrus. Quem participa do Cedrus? Instituições como nós, secretarias de governo, prestadores de serviço. Eu penso assim, se você recebe recursos do produtor, você não deveria estar lá discutindo, você poderia ser convidado para participar lá em alguns momentos, mas não ser tomador de decisão. Para mim há conflito de interesse. Então, assim, eu vejo que lá hoje têm mais instituições prestadoras de serviços de assistência técnica vinculados à Anater do que instituições que representem os próprios produtores. Então eu discordo um pouco desse formato. Não se chega no problema, a gente não consegue levar solução, porque quem deveria está dizendo eu tenho essa necessidade, essa demanda, é o produtor, é o ator principal e ele, às vezes, não tem espaço, nem é ouvido. Eu penso, assim, que essas instituições nossas, esses grupos, conselhos, eles são muito institucionalizados, aí quem deveria estar lá para dizer o que quer, mas não tem espaço (gestora n.º13, 2018).

A participação dos agricultores familiares nesses tipos de instâncias é crucial para que eles possam apresentar limitações e potencialidades da localidade onde estão inseridos. Por isso são considerados atores estratégicos para a disseminação de novidades no meio rural. Logo, fica evidente que a participação deles na agenda de trabalho de qualquer fórum ou conselho é de fundamental importância para uma adequada circulação de conhecimentos (local e técnico-científico) e, potencialmente, para a produção de novidades, até para diminuir responsabilidades dos mediadores sociais, ao desmistificar a ideia de que eles são os únicos portadores de soluções inovadoras para os problemas decorrentes da agricultura (SOUSA *et al.*, 2018).

Por último, outra crítica está relacionada ao funcionamento descontinuado do Cedrus, o que impediria sua legitimação. Prova disso é que um dos mediadores entrevistado lembra que quando iniciaram as oficinas² de concertação no âmbito do Programa Nacional de Inovação e Sustentabilidade da Agricultura familiar no Tocantins se buscou articular os atores imbricados à agricultura familiar e, em especial, relacionados à produção de conhecimentos e inovação, mas que estavam distantes na rede. Para tanto, uma das principais demandas foi a sugestão para a criação de um grupo gestor a fim de articular a agenda de ações propostas. Contudo, “[...] *quando surgem essas questões é porque os fóruns existentes não estão dando conta*” (gestor n.º4, 2018). Esta afirmação resume o discurso apresentados por outros mediadores que relatam as dificuldades de mensurar os principais resultados obtidos pelo Cedrus nos últimos anos, que perdeu sua representatividade, uma vez que deveriam ter maior partici-

2 “As oficinas possibilitaram a construção de uma agenda de trabalho com a articulação de esforços e competências, criando um ambiente de integração e compartilhamento de expectativas, o que pode corroborar com a formação de nichos de inovação e espaços de concertação para promover a inclusão produtiva dos agricultores familiares. Esse potencial parece ter surgido do diferencial metodológico das oficinas, na medida em que a agenda de discussão e, posteriormente, de ações foram pautadas pelo encontro do conhecimento local e do técnico-científico” (SOUSA *et al.*, 2018, p.220).

pação na tomada de decisões referentes à promoção do desenvolvimento rural tocantinense.

O segundo espaço de debate mais citado pelos mediadores foi o Consea - TO com 12% das indicações. Assim como o Cedrus, trata-se de espaço extremamente importante para a agricultura familiar porque aglutina as diversas representações do poder público e da sociedade civil. Seu foco de discussão está voltado para as políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN) com destaque para o fortalecimento de políticas nacionais, como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Um dos mediadores, constatou a inexistência de políticas estaduais referentes à SAN e, por isso, elevou a importância do papel do Consea em articular ações estratégicas nesta temática. A justificativa desta limitação é que “[...] a gente tinha dificuldade de discutir com o estado a criação de políticas estaduais de segurança alimentar. Então, não se interessava nisso, toda vez que você tentava – Não, já tem a nacional – Precisa mais? – Não, já tem, está bom” (extensionista n.º2, 2018).

Agroecologia e economia solidária foram outros espaços temáticos representativos da agricultura familiar que se destacaram nesta pesquisa. O primeiro tem forte atuação em organizações que fomentam atividades de produção orgânica e agroecológica, tais como a Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA) e a Comissão de Produção Orgânica do Estado de Tocantins (CPOrg - TO). No estado, ainda não há agricultor ou organização coletiva que tem certificado de produção orgânica ou agroecológica, conforme salientaram os mediadores. Em uma busca no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos também não foi identificado nenhum registro (BRASIL, 2019). Por isso, tem-se a necessidade de orientar corretamente o manejo dos agricultores para que se adequem à legislação como forma de serem reconhecidos por esta especificidade. A emergência desse debate também está relacionada à formulação da nova legislação estadual que rege a cadeia de produção agroecológica e orgânica. Já o espaço de economia solidária articulado pela União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) discute as políticas públicas para os empreendimentos coletivos da agricultura familiar e perpassa pelas questões da comercialização solidária e do mercado justo, especialmente relacionadas ao artesanato.

Com menos relevância, foram citados espaços institucionalizados fomentados pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), a Delegacia Federal da Sead (antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário extinto em 2016) e a Embrapa, além de diversas Câmaras Setoriais e Temáticas do setor agropecuário. Houve apontamentos também direcionados sobre o quanto eram importantes os Conselhos de Desenvolvimento Territorial, extintos juntamente com as políticas territoriais, para a articulação de ações *bottom-up*, ou seja, com significativa participação dos públicos da agricultura familiar nessas instâncias.

Os mediadores sugeriram que as universidades deveriam estar mais presentes nos debates e na proposição de intervenções sociotécnicas. Realçaram, ainda, a importância da Feira Agrotecnológica do Tocantins (Agrotins) para o debate sobre a agricultura familiar, apesar de não ser um espaço institucionalizado é onde participa a maioria dos atores que lidam com este público vindo de todos os municípios tocantinenses através de caravanas patrocinadas pelo Governo Estadual. Assim, na Agrotins, ocorrem simultaneamente diversas atividades técnicas que corroboram para tal debate como palestras, dias de campo, reuniões técnicas, além de ter um espaço específico para demonstrações tecnológicas e de comercialização de produtos da agricultura familiar, denominado Pavilhão da Agricultura Familiar.

Outra percepção é que alguns mediadores sinalizam que os espaços institucionalizados são muitas das vezes fechados e necessitaria maior abertura para a possibilidade de ampliar o público participante. Observam também que as discussões estão mais centradas em grupos de *WhatsApp*, o que confere informalidade no debate e nas tomadas de decisão. Apesar deste viés, as novas redes sociais têm desencadeado novas oportunidades para os agricultores familiares a partir da interação social, comunicacional e econômica. Assim, são criados vínculos que viabilizam a cooperação entre os próprios agricultores (cada qual em seu contexto), ao estabelecerem laços comunicativos capazes de expandir o acesso a novos processos produtivos, tecnologias, mercados e redes de contatos (CONCEIÇÃO, 2016).

Verifica-se, então, de acordo com as narrativas dos mediadores que os debates formalizados sobre políticas públicas não estão em voga como ocorrido nos últimos anos para tratar

sobre a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Isto foi no auge do ano de 2010, logo após a alteração da Lei nº 11.947/2009 que preconizou a obrigatoriedade de, no mínimo, 30% do valor repassado para o Pnae fosse destinado para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, através de Chamadas Públicas. Com isso, suscitou inúmeros eventos, seminários e debates institucionalizados sobre os gargalos a serem enfrentados neste novo mercado. Mesmo assim, o debate das organizações no Tocantins ainda é superficial justamente pelo fato de que “[...] a gente não tem assim, uma foto do que realmente é o problema. E eu penso que a gente fica muito também no diagnóstico. Assim o recurso que vem para algum projeto, não tem a aplicação da solução” (gestora n.º13, 2018). Já em relação aos agricultores individuais não se nota tanta participação deles nos conselhos ou fóruns que deveriam retratar seus próprios anseios, como é destacado na narrativa abaixo.

Ele não participa, não é pelo fato de que não tenha mobilização, não é recurso, a gente oferece diária, carro etc. É um descrédito do produtor! É o que eu falo, a partir do momento em que ele sai daquela faixa que não está mais em insegurança alimentar, de que ele não passa mais fome, ele não vê a necessidade mais de crescer. Ele não enxerga que a partir de sua participação nos debates ele vai crescer, ele vai ter essa veia empreendedora. Ele meio desacredita das políticas públicas, porque ele já chega lá perguntando o que eu vou ganhar? Se eu não vou ganhar nada no curto prazo, ele vai embora, não tem interesse (pesquisadora n.º1, 2018).

Outra hipótese dessa baixa participação dos agricultores familiares nestas instâncias é que eles atualmente estão mais informados e sabem de diversos caminhos que podem recorrer a fim de solucionar seus próprios problemas na propriedade rural, sem necessariamente a interferência direta de um mediador social. Contribui, para isso, as novas dinâmicas observadas no meio rural por meio do uso de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e como elas contribuem para o processo de desenvolvimento rural como, por exemplo, na ampliação do acesso à internet pelos agricultores que podem obter maiores informações sobre os fatores que influenciam a produtividade. No entanto, conforme destacou Conceição (2016), ainda alguns agricultores familiares têm receio na utilização da internet para ser utilizada com a finalidade de aumentar a produtividade.

Ainda com esses problemas, o Tocantins por ser um estado constituído recentemente e por ter razoavelmente poucos municípios tem maior facilidade para reunir os atores a fim de discutir os gargalos em voga, como também foi confirmado por Sousa *et al.* (2018) na articulação de ações realizadas no decorrer do Programa Nacional de Inovação e Sustentabilidade na Agricultura Familiar junto às instituições e representantes dos diversos segmentos de agricultores familiares do estado. Em linhas gerais, é possível

[...] reunir as pessoas que realmente definem as coisas, você consegue trazer o superintendente do Ministério da Agricultura, você consegue trazer o superintendente da Conab, você consegue trazer o presidente do Ruraltins. Então você tem aqui uma atmosfera muito positiva para a questão da parceria, mas que falta chegar ao produtor. Você consegue tomar decisões e elas não chegam ao produtor pela falta deste intermediário da assistência técnica que apesar de ser presente aqui tem muitas dificuldades (pesquisadora n.º1, 2018).

No entanto, apesar desta facilidade na logística de reunir os atores da rede sociotécnica, verifica que o estado não está promovendo debates profundos a respeito das políticas públicas para a agricultura familiar. É preciso que o governo estadual busque mais ações alternativas e de investimentos para que possa dar mais chances de acesso às políticas pelos agricultores, sendo que uma das primeiras proposições é o incentivo a participarem de instâncias institucio-

nalizadas, como fóruns ou conselhos, em que possam apresentar suas reais demandas e, em contrapartida, que as organizações apresentem propostas intervencionistas de melhorias para os gargalos identificados de acordo com suas expertises e que promova o desenvolvimento rural.

Considerações Finais

Em vista desses achados, confirma-se que as organizações de apoio à agricultura familiar no Tocantins são conhecidas pelos mediadores entrevistados nesta pesquisa, até porque alguns estão inseridos nelas próprias, sobretudo as que estão sediadas no município de Palmas que têm visibilidade e relevância política.

A organização protagonista do desenvolvimento rural é o Ruraltins dada a sua ampla capilaridade nos municípios tocantinenses, por conter diferentes competências em seu quadro técnico e ser executora de políticas públicas, na qual se destaca o Compra Direta, apesar de se constatar as dificuldades financeiras que estão passando para custear e manter as atividades básicas de Ater. Num contexto secundário, foram também reconhecidas a Embrapa, a Seagro, a Coopter e a Fetaet que se destacam cada qual em seu campo de atuação.

Por outro lado, em relação aos espaços de debate sobre políticas públicas de desenvolvimento rural que ocorrem no estado, estes são desconhecidos por 50% dos mediadores. As justificativas para este desconhecimento se pautam pelo fato de que eles não participam (ou nunca participaram) de qualquer fórum ou conselho representativo da agricultura familiar ou devido à instituição de origem não ter tido interesse ou não ter sido convidada para participar dessas instâncias participativas. Isto infere que, nem sempre, os mediadores têm como referenciais espaços públicos institucionalizados que representem verdadeiramente os interesses e demandas da agricultura familiar. Os espaços de debate também estão concentrados em Palmas, e verifica-se que não tem frequência definida para a realização de reuniões e que nem sempre existe comprometimento no cumprimento da agenda pública, por parte de algumas organizações, para a promoção de ações junto aos agricultores familiares. O principal é o Cedrus, entretanto este conselho é criticado por não ser tão representativo como deveria ser e por ter baixa participação na construção de políticas estaduais para fortalecimento da agricultura familiar. Por isso, a necessidade de melhor escolha de seus representantes e, assim, buscar participação na tomada de decisões referentes à promoção do desenvolvimento rural tocantinense.

Outras instâncias participativas que tiveram também seu reconhecimento foram o Consea - TO, a ATA, o CPOrg - TO, a Unicafes e outras ligadas a Anater, a Delegacia Federal da Sead - TO, a Embrapa e as diversas Câmaras Setoriais e Temáticas do setor agropecuário. Verifica-se, assim, que esses espaços institucionalizados são regidos por regras e tentam atender as demandas específicas do mundo das agriculturas familiares tocantinenses, cada qual com sua expertise. Apesar dessas indicações, os mediadores percebem que, muitas das vezes, esses espaços são fechados e que as discussões centram em grupos mediados por redes sociais, o que confere informalidade as mesmas.

Isto posto, parece imperativo maior abertura desses espaços de debate para a possibilidade de ampliar o público participante, principalmente os próprios agricultores familiares, uma vez que se constatou que os espaços formalizados não estão em voga como ocorreu, em 2010, a partir da alteração na normativa regida pelo Pnae. A constatação disso é que as informações técnicas estão mais acessíveis aos agricultores o que viabiliza caminhos para a busca de soluções e alternativas para os problemas agrícolas.

Por fim, outro argumento defendido pelos mediadores é que o estado do Tocantins, por ter sido criado recentemente e por ter facilidade na logística dos atores situados nos seus 139 municípios, não vem promovendo importantes debates em torno das políticas públicas de desenvolvimento rural por falta de articulação política do governo. O que se espera é que se busquem alternativas aos problemas enfrentados pelo estado, principalmente de ordem financeira, ao investir em ações que potencializam os espaços participativos da agricultura familiar, como fóruns e conselhos, a fim de atender suas demandas em termos de inclusão produtiva e, em contrapartida, que as organizações partícipes dessas instâncias possam alocar

investimentos e capital intelectual em propostas intervencionistas para os obstáculos identificados em rede.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2N2u7Xs>. Acesso em: 27 out. 2019.

CONCEIÇÃO, A. F. **Internet pra quê?** – a construção de capacidades e as TIC no processo de desenvolvimento rural. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MENESTRINHO, E; PARENTE, T. G. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais. **Brazilian Geographical Journal**, Uberlândia, v. 2, p. 1-19, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/9157>. Acesso em 05 jul. 2019.

SOUSA, D. N. *et al.* Inovação e inclusão produtiva na agricultura familiar do Tocantins. **Revista Grifos**, Chapecó, v.2 7, n. 45, p.204-224, 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/2sKxAM2>. Acesso em: 05 jul. 2019.

SOUSA, D. N. **Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas.** 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019a.

SOUSA, D. N. O que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares? Um estudo de revisão bibliométrica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.36, p.1-13, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/2RrgGTj>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SOUSA, D. N; NIEDERLE, P. A. A produção científica brasileira sobre o que se entende por inclusão produtiva: um recorte temporal entre 2005 a 2016. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 1, p. 15-32, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/38eNQvq>. Acesso em: 25 jun. 2019.

ZITZKE, V. A. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas.** 2007. Doutorado (Tese em Ciências Humanas – Sociedade e Meio Ambiente) – Curso de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Recebido em 28 de maio de 2020.
Aceito em 26 de junho de 2020.